



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006325-54.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **JEAN SOARES LEAL**
Requerido: **SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré à devolução de importância em dinheiro que dispendeu para a compra de aparelho por ela fabricado e que após apresentar vício de funcionamento foi entregue à assistência técnica.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento porque o processo é claramente útil e necessário à finalidade para a qual se dirige.

Presente o interesse de agir, rejeito a prejudicial arguida.

No mérito, o documento de fl. 48 cristaliza a obrigação assumida pela ré em restituir ao autor o preço pago pelo aparelho trazido à colação.

A ré não negou a autenticidade desse documento, limitando-se a esclarecer que o pagamento não se teria implementado por responsabilidade do próprio autor (fl. 90).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tal argumento, ainda que se admitido, não a beneficiaria para o desfecho do processo, tendo em vista que independentemente dele ficou configurado o seu dever em devolver ao autor o que do mesmo recebeu.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 659,00, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2014 (época do pagamento de fl. 02), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**